



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

ATA – Terra, Território e Soberania Alimentar no Brasil:

Potencial, Desafios e Caminhos.

Data: 22/05/2025

Local: Sala de reunião da Liderança do Psol.

Participantes:

APIB - Articulação dos Povos indígenas do Brasil

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Conselho da Pastoral dos Pescadores e Pescadoras

Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

CIMI (Conselho Indigenista Missionário)

ISA (Instituto Socioambiental)

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Terra de Direitos

Movimento de Atingidos por Barragens

Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural

Destaque inicial: Reconhecimento das boas resistências construídas pelos povos em defesa dos seus territórios.

1. APIB (Ricardo Terena)

O Sr. Ricardo Terena iniciou sua fala destacando o momento crítico enfrentado pelos povos indígenas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, enfatizando que, atualmente, o cenário é particularmente grave.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Mencionou que, apesar da vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) com a derrubada da tese do marco temporal, no dia seguinte foi sancionada a **Lei nº 14.701**, o que representa um retrocesso significativo. Ressaltou que essa legislação tem impactado diretamente os processos de demarcação de terras indígenas, citando como exemplo a **Terra Indígena Tanaru**, cujo destino ainda está sendo discutido.

Ricardo apontou que, ao menos no âmbito do Judiciário, ainda há esperança de manutenção da decisão que considerou inconstitucional o marco temporal. No entanto, alertou para o avanço expressivo de medidas que favorecem a **exploração econômica em territórios indígenas**, especialmente a partir da referida Lei nº 14.701 e da iniciativa de **conciliação/negociação promovida pelo ministro Gilmar Mendes** no STF.

Finalizou destacando a necessidade urgente de discutir os impactos da **mineração em terras indígenas** e de garantir que a **transição energética no Brasil** respeite os direitos originários, sem reproduzir práticas de violação dos territórios e modos de vida dos povos indígenas.

2. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - Iva Santos

Sra Iva iniciou pontuando que a vigência da Lei nº 14.701 está engessando drasticamente o processo de demarcação das terras indígenas. Por outro lado, **a Mesa de Conciliação não está cumprindo o papel de uma análise constitucional, mas sim uma Mesa de Negociação, onde se negocia a possibilidade de exploração econômica dentro dos territórios indígenas. A “novidade” da Mesa de Conciliação seria a elaboração de um anteprojeto que é tão ruim quanto a lei atual, estabelecendo dentre outras coisas, o pagamento da terra nua.** O que estabelece o Decreto 1775/1996, que rege as etapas da demarcação é o pagamento das benfeitorias, visto que a terra é considerada da União. No anteprojeto, estaria previsto o valor da terra também, o que elevaria o valor destes pagamentos e seria um entrave para avanço nas demarcações. Tal proposta é absurda e imoral, do ponto de vista da representante do CIMI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Na sua avaliação, esse cenário tem resultado num **crescimento dos conflitos, e por conseguinte, da violência**. Estados como MT, BA, PR e a região amazônica têm vivido o reflexo disso, a partir também da **presença de uma dinâmica de autodemarcação**.

Para ela, não haveria outra solução imediata que não a do **STF reconhecer a inconstitucionalidade do Marco Temporal**.

3. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - Jairã Silva

O convidado iniciou ressaltando a **importância de, citando Nego Bispo, “falar de nós ganhando, porque nós perdemos eles sempre falaram”**. Na sua avaliação, as vitórias acumuladas nos últimos anos estão ligadas à defesa dos territórios e a promoção da agroecologia.

Um exemplo disso, seria o **lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, conquista que pode ser anunciada no mês de junho de 2025**, juntamente com o Plano Safra. Esse avanço, fruto da unidade dos movimentos, teria como consequência direta a redução do uso dos agrotóxicos, grande parte deles produzidos na Europa e já proibidos nos seus países de origem e em outros lugares.

Neste sentido, o entendimento é de que essas conquistas surgem da força dos territórios e impulsionamento das **práticas agroecológicas, que muitas vezes não são visibilizadas**. Essas resistências se faz com **organização de mulheres, das juventudes, das populações tradicionais, porque há o entendimento no movimento que não há agroecologia sem luta feminista e antirracista**. Além disso, **não tem como construir essas experiências sem recursos**.

Neste sentido, é importante **fortalecer programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)**, que tem contribuído para a **produção de processos revolucionários nos territórios**, sendo essa uma aposta na **construção de uma revolução brasileira**, de uma lógica anticapitalista.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Acrescentou a importância da realização do **Congresso Brasileiro de Agroecologia**, que acontecerá entre os dias **15 a 18 de outubro em Juazeiro-BA**. Também está prevista a realização do Encontro Nacional de Agroecologia, em Foz do Iguaçu.

Encerrou sua fala destacando a existência de um processo de **sucateamento de órgãos** como FUNAI, MPI, Ibama e, por outro lado, a **estratégia de disputa de espaços como o Ministério da Agricultura (apoiador do agronegócio)** que está puxando o Cadastro de Reserva do CNU, aproveitando a emergência da gripe aviária e a justificativa da fiscalização sanitária.

4. Conselho Nacional dos Pescadores e Pescadoras (Andrea do Espírito Santo – CCP)

A Sra. Andreia, representante da CCP, iniciou sua intervenção com a **apresentação do relatório de conflitos socioambientais e violações de direitos humanos**, documento que sistematiza denúncias e evidências de impactos decorrentes de grandes empreendimentos e políticas públicas nos territórios de povos e comunidades tradicionais.

Criticou o conceito de “**economia azul**”, apontando-o como uma narrativa que encobre práticas predatórias no litoral e nos oceanos, além de denunciar a **falsa transição energética**, que tem desconsiderado os direitos dos povos e os limites ecológicos dos territórios.

Expressou **preocupações com o Projeto de Lei sobre exploração offshore** e com os avanços da **exploração de petróleo na Margem Equatorial**, áreas de alta sensibilidade ambiental e sociocultural, onde vivem comunidades tradicionais.

Relatou o cenário de **abandono estatal, racismo ambiental** e avanço de **projetos extrativistas no estado do Rio Grande do Sul**, sobretudo no contexto de calamidade enfrentado pelas populações locais.

Destacou, por fim, o **histórico de resistência da sociedade civil organizada**, lembrando a tramitação do **PL 121/2009** e do **PL 131**, os quais tratam da regularização de territórios e da chamada “transição justa”, que deve incluir os povos afetados na construção de alternativas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

5. Movimento dos Pequenos Agricultores (Leomárcio Araujo – MPA)

O Sr. Léo Márcio, representante do MPA, destacou a **soberania alimentar como dimensão fundamental da soberania política, territorial e ambiental**, defendendo que o acesso à terra, à água e à produção de alimentos saudáveis é central para a construção de justiça social e ambiental.

Reforçou **críticas ao uso extensivo de agrotóxicos** e à **concentração fundiária**, apontando seus impactos nocivos para a saúde humana, os ecossistemas e a autonomia dos povos do campo.

Apresentou **ações voltadas à redução do uso de agrotóxicos**, bem como iniciativas do movimento para a **construção de alianças entre o campo e a cidade**, com vistas ao fortalecimento da agroecologia e da agricultura camponesa.

Enfatizou a **importância do enfrentamento coletivo da transição dos sistemas agroalimentares**, alertando que este processo deve ser conduzido de forma democrática, com a participação efetiva dos sujeitos que produzem alimentos.

Encerrando sua fala, convocou os presentes à **atuação conjunta e ao compartilhamento de experiências**, como estratégia para avançar na transformação dos modelos de produção e consumo.

6. Terras de Direitos (Gisele Barbieri)

A Sra. Gisele iniciou sua fala destacando o **aumento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos**, especialmente aqueles engajados na proteção de territórios tradicionais e na denúncia de violações.

Reafirmou o compromisso com a **luta pela titulação, demarcação e defesa dos territórios**, como condição fundamental para a segurança das comunidades e a garantia de seus direitos constitucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Denunciou a **atuação de milícias e do crime organizado** em áreas de conflito fundiário e ambiental, apontando que o discurso da iniciativa "**Invasão Zero**", promovido em esferas parlamentares, tem servido de **fachada para legitimar práticas violentas e ilegais contra comunidades tradicionais**.

Como encaminhamento, propôs o **fortalecimento do Plano Nacional de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**, com foco na atuação preventiva e na resposta rápida a situações de risco.

Encerrou sua intervenção enfatizando a **importância de deixar legados e construir boas práticas que assegurem a proteção permanente dos territórios**, de forma articulada entre comunidades, Estado e sociedade civil.

7. Instituto Socioambiental – ISA (Diogo Rosa Souza e Alice Dandara)

Os representantes do Instituto Socioambiental (ISA), Diogo e Alice, iniciaram sua intervenção com a **denúncia dos retrocessos históricos e da intensificação da violência contra povos indígenas, comunidades pesqueiras e tradicionais**, em um contexto de crescente pressão sobre seus territórios.

Criticaram o uso do discurso da **transição energética como justificativa para a exploração de minérios** em terras indígenas e quilombolas, alertando que essa prática repete lógicas coloniais sob nova roupagem e desconsidera os direitos dos povos originários e tradicionais.

Apontaram as contradições do conceito de “**mineração sustentável**”, utilizado para promover empreendimentos que, na prática, causam graves impactos socioambientais.

Fizeram críticas contundentes à **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador Davi Alcolumbre**, que pretende flexibilizar o regime jurídico de exploração em territórios protegidos.

Encerraram sua fala com um **chamado à articulação ampla e à resistência unificada**, reforçando que somente a atuação coletiva poderá barrar os retrocessos e garantir a proteção dos territórios e modos de vida dos povos tradicionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

8. Fórum Nacional de Professoras e Professores de Agroecologia (Gabriel Zanata)

O Sr. Zanata iniciou sua fala com a **defesa da agroecologia como uma ferramenta técnica, educativa e política**, fundamental para promover modelos de desenvolvimento que respeitem os territórios e a diversidade sociocultural dos povos do campo, das florestas e das águas.

Denunciou a **captura da engenharia florestal pelos interesses do agronegócio**, o que tem distorcido a função social e ambiental da profissão, colocando-a a serviço de grandes empreendimentos e em detrimento das comunidades tradicionais.

Apresentou como proposta a **capacitação técnica de agentes territoriais**, com ênfase na formação de indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, a fim de fortalecer o protagonismo desses sujeitos na gestão e defesa de seus territórios.

Enfatizou, por fim, a **necessidade de articular território, terra e sistemas produtivos** de forma integrada, destacando que apenas essa abordagem permitirá enfrentar os desafios socioambientais e promover justiça territorial.

9. Movimento de Atingidos por Barragens – MAB (Isabelle Vanderlei)

A Sra. Isabelle, representante do MAB, iniciou sua fala com um **relato comovente sobre a perda de quatro mulheres atingidas por barragens nos últimos dez anos**, símbolo da violência estrutural e da negligência estatal com os direitos das populações impactadas por grandes empreendimentos.

Denunciou a **prisão recente de uma liderança do movimento na Bahia**, apontando a criminalização de defensores e defensoras como uma grave violação de direitos humanos.

Chamou a atenção para a **violência crescente e para a ausência de avanços concretos na implementação das medidas previstas na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), sancionada em 2023**, o que tem agravado a vulnerabilidade dessas populações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Anunciou a realização da **Jornada Nacional de Luta das Mulheres Atingidas**, que ocorrerá entre os dias **2 e 5 de junho**, como momento estratégico de denúncia, mobilização e visibilidade das pautas das mulheres atingidas.

Finalizou destacando os **impactos das secas severas na região amazônica, especialmente em Rondônia**, e a **falta de assistência adequada às comunidades nas bases**, que enfrentam crises hídricas, alimentares e de saúde sem o devido suporte do Estado.

10. Campanha Contra os Agrotóxicos (Alan Tygel)

O Sr. Alan apresentou como principal encaminhamento a **proposta de retomada da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA)**, destacando sua importância estratégica para a saúde pública, a proteção ambiental e a soberania alimentar.

Informou que o **documento-base da PRONARA já está finalizado**, construído de forma participativa com diversos segmentos da sociedade civil e instituições públicas, **restando apenas a assinatura dos ministérios do Poder Executivo para sua efetiva implementação**.

Enfatizou que a retomada da política representa uma oportunidade concreta de enfrentar os impactos dos agrotóxicos nos territórios e de promover uma transição justa para modelos agroecológicos.

Ele também comentou que é preciso destravar o PL da PNARA (Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PL 6670/2016), que está pronto para a pauta do Plenário.

3. Incidências Legislativas e Prioridades Políticas

3.1 Talíria Petrone (Deputada Federal)

Durante o encerramento da audiência, foram destacados os seguintes pontos:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

- **PL da Lei Antiterrorismo:** foi apontada que esta pauta virá à tona nos próximos dias, **necessidade urgente de incluir a atuação das milícias no texto legal**, como forma de enfrentar práticas de violência armada que ameaçam comunidades e defensores de direitos.
- **Crise aviária:** foi feito um **pedido de atenção ao tema**, com sensibilidade e responsabilidade, evitando sua **politização indevida**, especialmente no contexto das cadeias produtivas e da saúde pública.
- **Licenciamento ambiental:** registrou-se a **ausência de debate qualificado sobre o tema no colégio de líderes**, o que compromete a participação democrática nas decisões legislativas com alto impacto socioambiental.
- **Regulação de drones e pulverização aérea:** foi enfatizada a **necessidade de incidência legislativa sobre o uso de tecnologias que afetam diretamente o meio ambiente e a saúde das populações rurais**, especialmente em áreas próximas a comunidades tradicionais e escolares. Articulação com APIB que já tem ações no STF sobre a regulação.
- **Biodiversidade e concentração fundiária:** ressaltou-se o impacto negativo da **concentração de terras sobre a biodiversidade**, comprometendo a sustentabilidade dos biomas e os modos de vida tradicionais.
- **Reforma agrária:** reafirmada como a "**mãe de todas as reformas**", pela sua capacidade de democratizar o acesso à terra, garantir direitos, promover justiça social e restaurar o equilíbrio ambiental.

A líder da bancada, deputada Talíria Petrone, fez os informes finais, **reconhecendo a importância das falas apresentadas durante a audiência**. Reforçou o compromisso da bancada com a pauta socioambiental e com os direitos dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e trabalhadores do campo.

3.2 Articulações com a APIB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

- ADO apresentada ao STF pedindo a regulamentação da pulverização aérea.
- Apoio do PSOL como **amicus curiae**.
- Defesa da regulação de aeronaves agrícolas.

3.3 Tarcísio Motta (Deputado Federal)

Foi expressado **apoio à luta e reconhecimento da importância da resistência coletiva** dos povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos do campo e da cidade, frente aos ataques legislativos, institucionais e territoriais em curso.

Destacou-se a **importância da articulação em torno do caso da Fazenda da Volkswagen, no estado do Pará**, como símbolo de enfrentamento à violência histórica no campo e de busca por justiça e reparação.

Também foi feito um **alerta sobre a tramitação da chamada “Lei do Mar”**, cuja formulação demanda ampla escuta das comunidades costeiras, pesqueiras e tradicionais, e atenção aos riscos de mercantilização dos bens comuns.

Por fim, mencionou-se a **necessidade de acompanhar e incidir sobre o Plano Nacional de Juventude**, para garantir que reflita as realidades, demandas e protagonismo da juventude do campo, das florestas, das águas e das periferias urbanas.

3.4 Chico Alencar (Deputado Federal)

Foi enfatizada a **necessidade de manutenção da articulação com os movimentos sociais** como estratégia fundamental para fortalecer a resistência e a defesa dos direitos sociais e ambientais. Denunciou-se o **avanço da extrema direita no Parlamento**, que tem promovido retrocessos significativos nas políticas públicas e nas garantias constitucionais. Destacou-se o papel do senador Davi Alcolumbre, que estaria **empenhado pessoalmente no “liberou geral” para empreendimentos predatórios**, ressaltando que o Senado agravou a proposta inicial, intensificando os riscos para os territórios e o meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

Finaliza-se apontando os **grandes desafios que se apresentam frente à maioria conservadora no Congresso Nacional**, que exige estratégias articuladas e resistência constante.

4. Encaminhamentos e Propostas

- **Fortalecer articulação entre movimentos:** mulheres, indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores e atingidos.
- Incidir na tramitação do **PL 131/2020**, que trata do reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras
- **Retomar e pressionar pela implementação do PRONARA.**
- **Fortalecer o Plano Nacional de Proteção de Defensores no MDH.**
- **Incidência no Legislativo contra retrocessos nos temas: mineração, pulverização aérea, licenciamento ambiental e agrotóxicos.**
- Ampliar alianças com o Executivo e pressionar ministérios, buscando, dentre outras coisas, **a ampliação de recursos para as políticas prioritárias para o fortalecimento dos territórios tradicionais e da reforma agrária.**
- Propor iniciativa legislativa que contribua para a **regulação do uso de drones na agricultura.**
- **Preparação e unificação para as lutas de 2025, com foco na COP e nos marcos legislativos prioritários.**

5. Agenda dos Movimentos

- 2 a 5 de junho: Jornada Nacional de Luta das Mulheres Atingidas: Para Enfrentar o Fascismo, a Crise Climática e Avançar nos Direitos - MAB - Brasília.
- 5 de junho: Homenagem a Marielle Ramires na Casa Nave - Midia Ninja - São Paulo.
- 15 a 18 de outubro: Congresso Brasileiro de Agroecologia – Juazeiro
- 11 a 16 de novembro: Cúpula dos Povos Rumo à COP 30 - Belém

6. Encerramento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança da Federação PSOL e REDE

Assessoria Técnica

- Saudação final dos participantes e reafirmação do compromisso de unidade nas lutas por terra, território, meio ambiente e direitos humanos.

Documentos de Apoio

[Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil - 2024](#)